



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

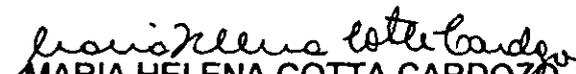
Processo nº. : 10510.001372/99-14  
Recurso nº. : 125.665  
Matéria : IRPF - Ex(s). 1994  
Recorrente : JESUÍNO FÉLIX DE SÁ  
Recorrida : 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA  
Sessão de : 16 de agosto de 2006  
Acórdão nº. : 104-21.803

IRRF - RENDIMENTOS RECEBIDOS NO CONTEXTO DE PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA/PDV - PAGAMENTO INDEVIDO - RESTITUIÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA - Não há que se falar em complementação da correção monetária relativa a restituição de IRRF incidente sobre verbas de PDV, quando o valor restituído foi corretamente convertido de UFIR para Reais e, a partir de janeiro de 1996, foi aplicada a taxa de juros Selic.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JESUÍNO FÉLIX DE SÁ.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
MARIA HELENA COTTA CARDOZO  
PRESIDENTE E RELATORA

FORMALIZADO EM: 18 AGO 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR, PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, HELOÍSA GUARITA SOUZA, MARIA BEATRIZ ANDRADE DE CARVALHO, GUSTAVO LIAN HADDAD e REMIS ALMEIDA ESTOL.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10510.001372/99-14  
Acórdão nº. : 104-21.803

Recurso nº. : 125.665  
Recorrente : JESUÍNO FÉLIX DE SÁ

RELATÓRIO

DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO

Em 03/09/2003, o contribuinte acima identificado apresentou o requerimento de fls. 106/107, solicitando a complementação do valor de Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre importâncias recebidas no contexto de "PDV - Programa de Demissão Voluntária", no ano-calendário de 1993, cujo direito à restituição fora reconhecido pela Delegacia da Receita Federal em Aracaju/SE, por meio do Despacho SAORT nº. 242/2002-08-22, de 1º/10/2002 (fls. 84 a 86).

Alega o contribuinte que o IRRF de que se trata foi corrigido apenas a partir do mês seguinte ao da entrega da declaração, enquanto que o correto seria a correção a partir da data da retenção.

DA DECISÃO DA DRF

Em 26/11/2004, a Delegacia da Receita Federal em Aracaju/SE indeferiu o pedido, por meio do Despacho Decisório de fls. 109 a 114, com base na Instrução Normativa SRF nº. 210, de 2002, no Ato Declaratório Normativo COSIT nº. 07, de 1999 e na Norma de Execução SRF/COTEC/COSIT/COSAR/COFIS nº. 02, de 1999. *jl*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10510.001372/99-14  
Acórdão nº. : 104-21.803

DA MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE

Cientificado da decisão da DRF (fls. 117), o contribuinte apresentou, em 06/01/2005, a Manifestação de Inconformidade de fls. 118 a 120, reiterando as razões contidas no pedido inicial.

DO ACÓRDÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Em 26/01/2005, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador/BA proferiu o Acórdão DRJ/SDR nº. 6.433 (fls. 123 a 125), indeferindo o pedido, com base nos seguintes fundamentos:

“(...) a Norma de Execução SRF/COTEC/COSIT/COSAR/COFIS nº. 02, de 02 de julho de 1999, dispõe, em seu item 9, que, no caso do PDV, a restituição será acrescida de juros SELIC, correspondentes ao período compreendido entre o primeiro dia do mês subsequente ao previsto para entrega tempestiva da declaração até o mês anterior ao da liberação da restituição, e de 1% no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte, ou com termo inicial para atualização o mês de janeiro de 1996 se a declaração se referir ao exercício de 1995 ou anteriores.

11 Como o fato gerador objeto deste processo ocorreu em momento anterior a janeiro de 1996, tendo sido os valores em UFIR corretamente convertidos para reais e os juros equivalentes à taxa referencial SELIC acumulados mensalmente respeitando-se como termo inicial de incidência o mês de janeiro de 1996, voto pelo indeferimento da solicitação de restituição.”

DO RECURSO AO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Cientificado do acórdão em 05/09/2005 (fls. 129), o contribuinte apresentou, em 14/09/2005, tempestivamente, o recurso de fls. 131 a 134, em que reitera as razões contidas na Manifestação de Inconformidade. *pl*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10510.001372/99-14  
Acórdão nº. : 104-21.803

O processo foi distribuído a esta Conselheira, numerado até as fls. 135 (última), que trata do envio dos autos a este Colegiado.

É o Relatório. 

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10510.001372/99-14  
Acórdão nº. : 104-21.803

VOTO

Conselheira MARIA HELENA COTTA CARDOZO, Relatora

Trata o presente processo, de pedido de complementação do valor de Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre importâncias recebidas no ano-calendário de 1993, no contexto de "PDV - Programa de Demissão Voluntária", cujo direito à restituição fora reconhecido pela Delegacia da Receita Federal em Aracaju/SE, por meio do Despacho SAORT nº. 242/2002-08-22, de 1º/10/2002 (fls. 84 a 86).

Alega o contribuinte que o valor restituído foi corrigido apenas a partir do mês seguinte ao da entrega da declaração, e não a partir da data da retenção.

Não obstante, tanto o despacho decisório proferido pela Delegacia da Receita Federal em Aracaju/SE (fls. 109 a 115), como o Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador/BA (fls. 123 a 125) esclarecem que, no exercício em tela (1994, ano-calendário de 1993), o valor da restituição foi calculado em UFIR e convertido para Reais em janeiro de 1996, incidindo a partir daí a correção pela taxa Selic. Confira-se o voto condutor do julgado (fls. 125):

"(...) a Norma de Execução SRF/COTEC/COSIT/COSAR/COFIS nº. 02, de 02 de julho de 1999, dispõe, em seu item 9, que, no caso do PDV, a restituição será acrescida de juros SELIC, correspondentes ao período compreendido entre o primeiro dia do mês subsequente ao previsto para entrega tempestiva da declaração até o mês anterior ao da liberação da restituição, e de 1% no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte, **ou com termo inicial para atualização o mês de janeiro de 1996 se a declaração se referir ao exercício de 1995 ou anteriores.** *pe*

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10510.001372/99-14  
Acórdão nº. : 104-21.803

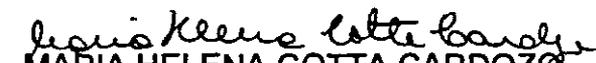
**Como o fato gerador objeto deste processo ocorreu em momento anterior a janeiro de 1996, tendo sido os valores em UFIR corretamente convertidos para reais e os juros equivalentes à taxa referencial SELIC acumulados mensalmente respeitando-se como termo inicial de incidência o mês de janeiro de 1996, voto pelo indeferimento da solicitação de restituição." (grifei)**

Assim, a correção monetária relativa ao período compreendido entre a data da retenção e janeiro de 1996 foi promovida mediante a utilização da UFIR. Quanto aos juros Selic, estes foram aplicados a partir de janeiro de 1996, conforme determina a Lei nº. 9.250, de 26/12/1995.

Ressalte-se que a aplicação da taxa de juros Selic às restituições referentes a períodos anteriores a janeiro de 1996 foi rechaçada pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, conforme Acórdão CSRF/04-00.153, de 13/12/2005 (Recurso 102-128.929).

Assim, o recorrente já recebeu o valor a que faz jus, nada mais havendo a ser complementado, razão pela qual NEGO provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 16 de agosto de 2006

  
MARIA HELENA COTTA CARDOZO